



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, 1 DE JUNHO DE 1956

PELA REDE DE RADIODIFUSÃO DA "VOZ
DO BRASIL", SOBRE O NORDESTE E A SI-
TUAÇÃO NACIONAL.

400

Apenas algumas palavras vou proferir no discurso de hoje, embora nem tão poucas, nem tão breves, quanto havia imaginado a princípio. Umás se dirigem especialmente ao Nordeste, e já havia fixado êste dia para dirigi-las às populações daquela região por intermédio da "Voz do Brasil"; outras, em face dos episódios recentes no Rio de Janeiro, se impuseram ao meu espírito como um testemunho a mais daquela determinação interior, que nunca me abandonou, de comunicar-me diretamente com o povo brasileiro, sempre que se levanta um problema novo ou um acontecimento extraordinário. E, afinal de contas, os discursos de um presidente da República, quando anunciam providências concretas e orientações definidas, quando examinam em termos de sinceridade as situações de fato, quando exprimem de maneira objetiva tanto as suas realizações já consumadas como os seus pensamentos que vão conduzir os negócios do Estado — êsses discursos são, também, e na verdade, atos de govêrno, atos necessários de govêrno, e não apenas substâncias e textos de oratória, aliás igualmente legítima, sobretudo de acôrdo com a maneira de ser e de funcionar do sistema democrático.

401 Assumi alguns compromissos de natureza administrativa, em nome do govêrno, na oportunidade solene do encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, e naquele mesmo dia, um sábado, prometi que na segunda-feira amanheceria no meu gabinete de trabalho tomando medidas e executando providências para honrar a palavra empenhada; e que dentro de poucos dias, de uma semana talvez, o povo do Nordeste poderia ouvir pelo rádio notícias de atos demonstrativos de que não foram vãs as minhas palavras pronunciadas em Campina Grande.

402 Assim aconteceu, com efeito. Cumpridas estão as duas promessas; cumpridos começam a ser e serão até o fim, em marcha acelerada e com escrupulosa fidelidade, os compromissos assumidos. Desde segunda-feira, sem prejuízo dos negócios normais do Estado, dediquei-me aos problemas em foco do Nordeste, solicitando a Dom Hélder Câmara, logo às oito horas da manhã, que me enviasse tôda a documentação referente às propostas aprovadas no Encontro dos Bispos, entendendo-me em seguida com os ministros de Estado e técnicos especializados para estudar e determinar a maneira de resolvê-los sem mais demora. E agora, menos de uma semana decorrida, venho apresentar ao povo do Nordeste o resultado do que está tão elaborado quanto feito. E neste caso, ousou dizê-lo com naturalidade, fomos completos em planejamentos e decisões de govêrno, como o poderá testemunhar Dom Hélder Câmara, que, sem pertencer aos quadros da administração ou fazer parte do mundo oficial, não nos faltou com a sua colaboração e com a sua assistência, sempre ouvido nos conselhos governamentais, por efeito do seu generoso espírito público e da sua qualidade de representante dos Bispos do Nordeste.

403 Com uma grande emoção e tanto mais sóbria quanto mais autêntica e sincera, comunico às popula-

ções nordestinas que acabo de assinar, neste momento mesmo, vinte decretos executivos, para resolver com rapidez e eficiência alguns problemas fundamentais e inadiáveis da região, a começar pelo abastecimento de água em Campina Grande, com os cinqüenta milhões de cruzeiros das verbas de emergência das obras contra as sêcas, como já o estavam de há muito tempo a exigir as necessidades dos cem mil habitantes de uma cidade, hoje constituindo o maior núcleo de população urbana no interior do Nordeste e do Norte do Brasil.

Esses decretos correspondem aos projetos do Encontro dos Bispos do Nordeste, a mim apresentados como reivindicações de um programa de execução imediata. Verificou-se a êste respeito uma colaboração cordial e honesta entre os homens da Igreja e os homens do Estado. As propostas do Encontro dos Bispos do Nordeste, que adotei e agora transformei em decretos, já eram, por sua vez, e em grande parte, um aproveitamento do material das duas reuniões que pessoalmente dirigi no Palácio do Catete, por desejo e com a presença de Dom Hélder Câmara. Na segunda reunião, aproveitando os relatórios que solicitara de ministros de Estado e dirigentes de órgãos federais com atuação no Nordeste, fiz preparar e distribuir um relatório de ordenação e síntese, contendo informações, sugestões, afirmações e realizações governamentais, destinadas a um entrosamento com o material da mesma espécie em poder das autoridades episcopais. Assim as propostas consubstanciadas hoje em decreto representam uma fusão de trabalho, uma obra em colaboração do Poder Espiritual e do Poder Temporal. Aliás, se uma parte é nova, em muitas outras os projetos de Campina Grande se referem a obras já em execução no serviço público federal. E resolvemos transformá-los todos em decretos para dar-lhes firme organicidade, garantia de entrosamento em iniciativas

convergentes pela própria natureza, elementos de coordenação mais seguros ou autorizados, para evitar a dispersão de verbas orçamentárias e forças humanas. Esses decretos, enfim, se entrelaçam e se harmonizam no conjunto em termos de unidade — e não será exagero classificá-los como base fundamental de um Plano do Nordeste.

405 Esses decretos, acrescento com segurança, não são palavras no papel, mas atos práticos e concretos. Entrarão em execução imediatamente, para tanto já previstos, preparados, separados todos os recursos financeiros e humanos. As soluções estão indicadas com realismo e espírito prático. E a sua execução não vai determinar a criação de novos órgãos estatais, nem depender de complicados financiamentos. Exigirá apenas, e principalmente, iniciativa, competência, aproveitamento dos recursos existentes, ação adequada e pronta, unidade de comando nas providências. Em suma, um esforço de mobilização que se dispõe a realizar o govêrno. Para tanto, ao lado da parte financeira, cuidei do problema da execução dos decretos em termos humanos e funcionais, fixando obrigações e responsabilidades. E isto constituiu objeto de um decreto especial em que se atribui o bom andamento de cada obra decretada a um dos órgãos federais que atuam no Nordeste e a supervisão geral dos trabalhos aos seus respectivos ministros de Estado, ficando por fim a coordenação geral para a execução de todos os decretos diretamente com a Presidência da República, a ser feita por mim pessoalmente, ou pelo chefe da minha Casa Civil, como meu representante. Tudo está assim disposto e pronto para um sucesso administrativo. Cumpri as promessas feitas e estou em dia com os compromissos assumidos em Campina Grande como presidente da República.

406 E é assim o meu govêrno. Um govêrno que planeja, que executa, que realiza — e tudo com presteza

e sinceridade, sempre que encontre uma colaboração como a dos Bispos do Nordeste, feita de sugestões de interesse público, em vez de uma oposição obstinada em personalismo e crueldade, agitada em movimentos negativos para a destruição de um governo legítimo, que por isso mesmo estou disposto a defender e sustentar, por todos os meios e com a maior decisão, como um imperativo de minha consciência pessoal e como um dever indeclinável, uma responsabilidade que considero sagrada no mandato que o povo me conferiu nas urnas para defender o regime, salvaguardar as liberdades, garantir a ordem pública e manter a integridade da Constituição:

E aqui passo às palavras que esperam de mim e que desejo pronunciar sobre os episódios ligados à ordem pública no Rio de Janeiro, e palavras que sejam ao mesmo tempo breves, precisas e afirmativas, como convém, de acordo com as circunstâncias. 407

Reconheço e proclamo, como origem de tudo, a existência de uma crise econômica, mas pior ainda seria uma crise de autoridade, pois sem o princípio de autoridade não se resolve a situação econômica, como nenhuma outra situação, dissolvendo-se ao contrário o poder governamental em ondas de subversão e ilegalidade. E isto não permitirei, em qualquer hipótese ou sob qualquer pretexto, sentindo bem que hoje, como ontem, ninguém me arrebatara a bandeira da legalidade, que significa, em nossa democracia, como historicamente significou sempre, a harmonia entre a liberdade e a ordem. 408

Não confundo o poder com a violência, nem a autoridade com a força bruta, pois isto não é do meu estilo de governar, nem da minha natureza humana, antes disposta para a compreensão, a generosidade, a mansidão, a tolerância, os métodos conciliadores e as soluções pacíficas. Mas não tolero de modo nenhum 409

a desordem no país, nem admitirei qualquer atentado à dignidade do Estado, representada essencialmente no princípio de autoridade. E nisto sou e serei intransigente, com tôda a consciência de que a luta entre a autoridade e a anarquia, entre a ordem e a desordem, entre a liberdade legítima e o desrespeito coletivo à lei, é uma luta entre fôrças de progresso e fôrças de regresso, e eu sou um homem do futuro, e não do passado.

410 O problema do custo das passagens em veículos não é da alçada do presidente da República, e sim da competência do prefeito do Distrito Federal. Por isso não me foi trazida a questão, em qualquer das suas fases, nem dela tomei conhecimento para influir, desaconselhar ou aprovar. O problema da ordem nas ruas do Rio de Janeiro também não é da esfera da Presidência da República e se acha entregue ao chefe de Polícia. Em tais casos, o presidente da República só pode e só deve intervir, decidir e agir quando levantados ou levados para a sua instância suprema. A respeito do primeiro caso, não fui procurado pessoalmente, nem recebi apelos diretos para avocá-lo à minha decisão de chefe do govêrno, o que se pode sempre verificar, hieràrquicamente, desde que o ambiente do país ou da cidade seja de ordem nas ruas e tranqüilidade pública. E, com a minha isenção, posso e poderei sempre examinar ou reexaminar assuntos de govêrno ou quaisquer problemas de interêsse popular, bastando que sejam trazidos para a esfera superior da Presidência da República.

411 Quanto ao segundo caso, só me cabe intervir, e o farei sempre que necessário, nas ocasiões em que a segurança das pessoas e das propriedades nas ruas se transforme num caso nacional de ordem pública. E foi o que aconteceu nestes últimos dias. Não havia, a principio, como nem por que adotar medidas de fôrça contra um movimento estudantil, anunciado como pacífico, um protesto da juventude em têrmos ao mes-

mo tempo de idealismo e jovialidade. Não tinha que me preocupar com êsse assunto, para mim como para tôda a gente afigurado como sem qualquer gravidade. Limitei-me a dar instruções ao chefe de Polícia no sentido de que não fôsem prejudicados ou atingidos os interêsses da população.

No fim do dia, quando se verificou que um movimento pacífico de estudantes fôra desfigurado por agentes provocadores até a um paroxismo de agitação destinada a atingir a ordem pública, então é que me decidi a intervir, e só então me cabia intervir e agir, colocando em causa a minha autoridade de chefe de Estado. Não houve imprevidência, não era possível a ninguém prever o que aconteceu. Digo isto não com o propósito polêmico de defesa pessoal ou do govêrno, pois é o que menos me importa no momento, mas com a revolta patriótica e a melancolia íntima de um homem que, conhecendo embora tôda a miséria da natureza humana, não calculava, sendo impossível calcular, que um movimento por sua natureza generoso de jovens estudantes, muitos dêles ainda crianças de ginásios e colégios, viesse a ser explorado, insuflado, descharacterizado e agravado até a violência não só por elementos comunistas, mas também por elementos políticos comprometidos em recentes campanhas contra o regime.

Decidi-me a intervir e a agir, por isso mesmo, apenas na hora certa e exata. Tomei medidas decisivas para garantir a população e providências imediatas para restabelecer a ordem pública. Mantive o princípio da autoridade em tôda a sua plenitude.

Agora, uma última palavra aos estudantes, à população, a todos os brasileiros. Vejo a crise econômica, a situação econômica, as dificuldades econômicas da nossa terra e do nosso povo. Mas não criei, nem sou responsável por êsse estado de coisas. Fale-

mos mais uma vez claramente, lealmente, sinceramente. Diante dos últimos aumentos de vencimentos e salários, iniciados antes da minha posse no governo, só haveria dois caminhos: um, a emissão a jato de papel-moeda, o que seria para mim mais fácil e daria talvez uma sensação de euforia momentânea, mas significaria com fatalidade inexorável uma desgraça em futuro não muito distante, na forma de ruína financeira e catástrofe social; e outro, essa subida que se está verificando agora, como consequência dos outros aumentos, nos preços de serviços de utilidades. Não sou responsável, quero repetir, nem por uma nem por outra coisa. Não sou responsável por aumentos de qualquer natureza. Meu ideal de governo, e que atingirei, é estabilizar dentro de alguns meses os novos salários e os novos preços, não permitindo mais daí por diante que continue a crescer e desdobrar-se, em outras etapas ou corridas, o volume da onda inflacionária. E a batalha contra a inflação é a minha batalha por excelência, é a batalha do meu governo. Mas para vencê-la, preciso de tempo, de compreensão, de cooperação, de paciência, de crédito no governo por um período justo e necessário. Para vencê-la, preciso principalmente de um ambiente saudável de trabalho, de paz e de ordem.

415 Recuso-me a aceitar aquela tese pessimista e aquela conclusão derrotista de Bolívar de que o nosso hemisfério continental é ingovernável. Recuso-me a admitir sequer que o Brasil seja ingovernável. Tenho ânimo, tenho fé, tenho coragem e tenacidade. Não me deixo intimidar ante os adversários de qualquer espécie, nem me deixarei vencer pelo possível ceticismo ou comodismo dentro das minhas próprias hostes. E tenho confiança no Brasil, confiança no senso de ordem e na vocação para a legalidade do povo brasileiro.